

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2018**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SC001843/2017  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 17/08/2017  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR041755/2017  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46220.006334/2017-50  
**DATA DO PROTOCOLO:** 24/07/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS EMP NO COM HOTELEIRO E SIM DE BAL CAMBORIU, CNPJ n. 76.697.325/0001-37, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). OLGA APARECIDA FERREIRA;

E

SINDICATO DE HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE BALNEARIO CAMBORIU E REGIAO , CNPJ n. 83.739.334/0001-09, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALESSANDRO FONDINI;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de outubro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares, Integrantes do 4º Grupo “Empregados em Turismo e Hospitalidade” do Plano da CNTC**, com abrangência territorial em **Balneário Camboriú/SC e Navegantes/SC**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL****VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/10/2016 a 30/09/2017**

Fica estabelecido os seguintes pisos salariais para a categoria profissional durante a vigência da presente Convenção Coletiva:

- a) **R\$ 1.353,00** - da data da contratação até o período máximo de 120 dias, e
- b) **R\$ 1.540,00**- após o período de 120 dias de contratação.

§ **Primeiro:** A não ser nas condições abaixo estabelecidas, o piso salarial não poderá ser fracionado por hora, dia ou semana para fins de pagamento salarial, preservando-se assim a remuneração mínima pelo total do piso ao trabalhador.

§ **Segundo:** No entanto, nos meses de dezembro a março a empresa do setor econômico poderá contratar até 30% de seu quadro de empregados com jornada reduzida, devidamente anotada em sua CTPS, limitada a jornada mínima diária de cinco horas, possibilitando-se a remuneração proporcional as horas trabalhadas.

§ **Terceiro:** Nos demais meses do ano a empresa do setor econômico poderá contratar somente 15% de seu quadro de empregados com jornada reduzida, nas mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior, sendo o limite mínimo, neste caso, por óbvio, de 01(um) empregado.

§ **Quarto:** Havendo fracionamento quanto aos percentuais utilizados para o cálculo de empregados contratados sob jornada reduzida, fica permitida a contratação de uma pessoa para completar o número inteiro da fração.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

**VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/10/2016 a 30/09/2017**

Em **1º de outubro de 2016**, os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados pela aplicação do percentual de **8%(oito por cento)** no mês de outubro/2016 e mais **2%** de reajuste em janeiro/2017, fruto de livre negociação, aplicado sobre todas as faixas salariais, vigentes em **1º de outubro de 2015**.

**§ Único:** O empregado admitido a partir de **01 de outubro de 2015**, com salário superior ao piso salarial poderá ser aplicado o reajuste salarial proporcional, correspondente aos meses trabalhados.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

A empresa que não efetuar o pagamento de salário em moeda corrente proporcionará ao seu empregado tempo hábil para recebimento no Banco, dentro do horário de expediente bancário.

### CLÁUSULA SEXTA - MORA SALARIAL

A empresa pagará 0,5% ao dia, ao empregado, a partir do quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, no caso de mora/atraso/inadimplência.

**§ Único:** Na hipótese de o 5º dia útil recair em sábado, domingo ou feriado, o pagamento do salário será antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

### CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A empresa fornecerá ao empregado holerite contendo além de identificação da empresa, discriminação de todos os valores pagos e descontados, inclusive o FGTS.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

### CLÁUSULA OITAVA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Fica estabelecido a antecipação do percentual de 50% do 13º salário do empregado que requeira até 10 dias antes do início das férias.

### CLÁUSULA NONA - 13º SALÁRIO DO COMISSIONISTA

O 13º salário do empregado comissionista será pago com base na média da remuneração percebida durante o ano.

## ADICIONAL NOTURNO

### CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno será pago com adicional de 30% , a incidir sobre a hora normal.

## OUTROS ADICIONAIS

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TAXA DE SERVIÇO

Fica regulamentada a distribuição da Taxa de Serviço, que será cobrada sobre a despesa do consumidor e distribuída e incorporada aos salários de todos os empregados da empresa.

**§ Primeiro** - A empresa que instituir a cobrança da Taxa de Serviço cumprirá as normas abaixo estabelecidas, podendo, entretanto, firmar outros critérios de distribuição com seus empregados, desde que assistidos pelas entidades convenentes, cujo resultado será objeto de Acordo Coletivo de Trabalho.

**§ Segundo** – O valor da Taxa de Serviço será de 10%, cobrada do montante de cada conta extraída pelo caixa.

**§ Terceiro** – Fica autorizada a dedução de despesas relativas a taxa de administração de cartão de crédito/débito, tributos respectivos, previdência social e demais despesas incidentes até o limite máximo de 25% do valor cobrado do consumidor.

**§ Quarto** – As contas ou “comandas” das despesas emitidas para cobrança do cliente serão somadas ao final do dia, ou semanalmente, cujo total será lançado em controle específico, assinado por um representante dos empregados.

**§ Quinto** – Os valores apurados serão distribuídos em sistema de pontos, conforme abaixo, e serão divididos na seguinte proporção entre os empregados:

01. Gerente .....	05 Pontos
02. Maitre .....	05 Pontos
03. Garçom .....	10 Pontos
04. Cozinheiro .....	04 Pontos
05. Ajudante de cozinha .....	02 Pontos
06. Barman .....	02 Pontos
07. Copeiro .....	02 Pontos
08. outras funções .....	01 Ponto

**§ Sexto** – Cada ponto corresponderá à divisão do valor total da taxa de serviço do mês dividido pelo número total de pontos que variará de acordo com o número de empregados da empresa, cujo resultado será multiplicado pelo número de pontos atribuído a cada função.

**§ Sétimo** – O valor da Taxa de Serviço será distribuído pelo critério acima mencionado e atribuído para as funções que existirem na empresa, variando o número total de pontos de acordo com as funções e trabalhadores.

**§ Oitavo** – O empregado afastado do serviço em virtude de percepção de auxílio previdenciário, independente do motivo, ou em férias, não fará jus a Taxa de Serviço durante o tempo em que estiver afastado do serviço.

**a.** Havendo o afastamento, o empregado receberá somente os dias que efetivamente trabalhou antes da data do início do benefício previdenciário.

**§ Nono** – Durante a vigência do Contrato de Experiência, o empregado não fará jus a Taxa de Serviço, sendo optativa a distribuição dos pontos a esse empregado a critério exclusivo da empresa.

**§ Décimo** – No holerite deverá constar o valor da Taxa de serviço que couber ao empregado.

**§ Décimo - Primeiro** – O empregado desligado da empresa receberá o valor da taxa de serviço proporcionalmente aos dias trabalhados no mês de seu desligamento, devendo constar de sua rescisão de forma específica.

**§ Décimo - Segundo** – O valor líquido da Taxa de Serviço efetivamente auferida pelo empregado não complementarará o salário e/ou piso salarial e integrará sua remuneração para todos os efeitos inclusive depósito do FGTS.

**§ Décimo Terceiro** - No caso do empregado trabalhar em apenas um período do dia, poderá receber 50% (cinquenta por cento) dos pontos determinados no § 5º.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUEBRA DE CAIXA**

Concede-se ao empregado que exercer permanentemente a função de caixa a gratificação de 30% sobre o seu salário, excluído do cálculo adicionais, acréscimos e vantagens pessoais, desde que seja responsável pela diferença, caso encontrado.

**§ Primeiro:** Caixa é o empregado responsável pelo recebimento, pagamento e pela guarda de numerário da empresa.

**§ Segundo:** Fica excluído o recepcionista que receber a fatura diretamente do hóspede.

**§ Terceiro:** A conferência de caixa será realizada na presença do operador responsável. Se o empregado for impedido de assistir a conferência, ficará isento de qualquer responsabilidade.

## **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

A empresa poderá implantar um plano de metas de lucros e resultados, em que os Sindicatos convenientes se comprometem a viabilizar uma assessoria e/ou modelo para que a empresa possa ter como parâmetro.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALIMENTAÇÃO**

A empresa fornecerá alimentação gratuitamente ao seu empregado e manterá cantina ou refeitório.

## **AUXÍLIO TRANSPORTE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE TRANSPORTE**

Fica estabelecida a obrigatoriedade do fornecimento do vale transporte na forma de Lei nº. 7.418 de 16/12/85.

## **AUXÍLIO SAÚDE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE FARMÁCIA**

A empresa fornecerá vale para aquisição de remédio, desde que o empregado comprove por receita médica o preço do produto, não podendo ultrapassar o valor da remuneração mensal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS E LABORATORIAL**

Os exames admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional do trabalhador, exigido pela Norma Regulamentadora (NR7), será custeado pelo empregador, sendo executado, por médico especializado em medicina do trabalho.

**§ Primeiro:** O exame laboratorial desde que exigido pelo empregador, deve ser pago por este.

**§ Segundo:** Fica desobrigada de indicar médico coordenador, a empresa de grau de risco 1 e 2 do quadro 1 da NR-4 com até 50 empregados, conforme prevê nova redação da NR-7 alterada pela portaria n.08 de maio de 1996, do Ministério do Trabalho.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO FUNERAL**

A empresa pagará aos dependentes do empregado falecido o valor de 1,5 (um vírgula cinco) piso salarial, quando do acerto da rescisão do contrato de trabalho.

## **AUXÍLIO CRECHE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO CRECHE**

Haverá local destinado a guarda de crianças em idade de amamentação, quando existente na empresa mais de trinta mulheres maiores de 16 anos, facultado o convênio com creches.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ATESTADO**

O atestado fornecido por médico e dentista do INSS, particular ou do sindicato da categoria profissional será aceito pela empresa, desde que esteja inserido o Código de Identificação de Doença-CID, salvo se o empregador possuir serviço próprio ou conveniado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ENTREGADORES MOTOS**

A empresa fornecerá ao empregado entregador que dirigir qualquer veículo da empresa todo o equipamento de segurança exigido pela legislação de trânsito, bem como a manutenção do veículo, sem qualquer ônus para o empregado.

### **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - RESCISÃO**

O empregado que for readmitido até 12 meses após sua demissão não firmará contrato de experiência, desde que na mesma função.

#### **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL DE LEI**

O direito de recebimento de indenização adicional estabelecido no artigo 9º da Lei n.7.238/84, estende-se ao período de 45 dias antes da data da correção salarial (data-base).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NA RESCISÃO DE CONTRATO**

O pagamento e homologação da rescisão de contrato de trabalho do empregado com quatro ou mais meses de serviços prestados à empresa será obrigatoriamente efetuada perante o **SECHOBAR**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A empresa apresentará no ato da homologação do Contrato de Trabalho, no Sindicato Profissional, os comprovantes do recolhimento das contribuições sindicais mencionadas nesta Convenção Coletiva, além dos documentos exigidos por Lei.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS**

Se o prazo final para o pagamento das verbas rescisórias recair no sábado, domingo ou feriado, será antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

**§ Único:** Vencido o prazo para pagamento das verbas rescisórias, o empregador pagará ao empregado, multa de 0,33% ao dia, limitada a 15%, calculada sobre o valor do piso salarial.

#### **AVISO PRÉVIO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio integral dado pelo empregador, no caso do empregado obter novo emprego antes do respectivo término, sendo-lhe devida, em tal caso, a remuneração proporcional aos dias trabalhados.

### **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MULTA POR FALTA DE HOMOLOGAÇÃO**

A empresa que não efetuar a homologação da rescisão do contrato de trabalho no sindicato da categoria profissional, de qualquer empregado com 4(quatro) ou mais meses de serviço, pagará multa ao **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTE, FAST FOODS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO** equivalente ao maior piso salarial da categoria profissional por rescisão não homologada no **SINDICATO PROFISSIONAL**. Ficando certo que a multa reverterá aos cofres da entidade profissional.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - COOPERATIVA DE TRABALHO**

A empresa do setor econômico não contratará, sob qualquer título, ou em qualquer função, trabalhador oriundo de cooperativa de trabalho.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CURSOS E REUNIÕES**

Os cursos e reuniões quando de comparecimento obrigatório devem ser realizados durante a jornada ordinária de trabalho.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - QUALIFICAÇÃO MOTIVADA**

O trabalhador que tiver concluído com êxito, no mínimo, três cursos de aperfeiçoamento profissional ministrados em conjunto pelos sindicatos convenientes, terá acrescido o percentual de 20% ao piso salarial, após o período de experiência.

**§ Único:** Para que o trabalhador tenha direito a percepção do acréscimo instituído nesta cláusula, terá que informar à empresa dos cursos realizados no ato admissional, e se já empregado na empresa, somente fará jus após efetuar a solicitação por escrito ao empregador, ficando a empresa isenta de qualquer pagamento ante ao ato omissivo do trabalhador, caso ele ocorra.

## **FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORME**

Se exigido o uso de uniforme este será fornecido gratuitamente ao empregado, devendo ser devolvido quando da dispensa na empresa.

## **ESTABILIDADE GERAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA AOS PAIS ADOTANTES**

A (o) empregada (o) que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança terá garantia de emprego e salário, a partir da autorização judicial de guarda e responsabilidade do adotado, até o término do benefício previdenciário, nos seguintes termos:

- a)** De zero (0) a um (1) ano de idade, o período será de 120 dias;
- b)** De 1 (um) ano e (1) um dia e até quatro anos de idade, o período será de 90 dias;
- c)** De quatro (4) anos e (1) um dia e até o dia em que a criança completar oito (8) anos de idade, o período será de 60 dias.

## **ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE**

Fica vedada a dispensa da gestante desde a concepção até 70 dias após o término do benefício previdenciário, estendendo-se tal benefício à empregada que sofrer aborto não provocado.

## **ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ALISTAMENTO MILITAR**

A partir do conhecimento pelo empregado de sua incorporação ao serviço militar terá estabilidade no emprego até 30 dias após a baixa no referido serviço obrigatório. Do conhecimento de sua incorporação, dará ciência ao empregador em 72 horas.

## **ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE AO ACIDENTADO**

Fica assegurada ao empregado vítima de acidente de trabalho garantia de emprego e salário por um período de doze meses, após a cessação ao auxílio-doença acidentária, ressalvada a justa causa.

**§ Único:** Em caso de auxílio-doença em que o empregado fique 30 dias, ou mais, em benefício previdenciário terá garantia de emprego e salário por um período de 60 dias após a alta previdenciária.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - APOSENTADORIA**

Não será dispensado o trabalhador que contar cinco ou mais anos de serviços na empresa, se na data da dispensa estiver a 24 meses para completar o tempo de aposentadoria especial ou por tempo de serviço, salvo motivo disciplinar. Extingui-se o direito após o ato rescisório, desde que não comprovada a aposentadoria.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - MANOBRA DE VEÍCULOS**

O trabalhador de hotel que dirigir veículo da empresa ou de cliente e não for contratado exclusivamente para esse fim, não sofrerá qualquer desconto por eventual dano causado no veículo, desde que não seja comprovado o dolo.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CHEQUE SEM FUNDO**

Não haverá desconto no salário do empregado correspondente a cheque sem fundos e cartão de crédito irregular, desde que a aceitação tenha sido autorizada pela direção da empresa.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ADICIONAL DA HORA EXTRAORDINÁRIA.**

A hora extraordinária será acrescida de 60% sobre à hora normal, nas duas primeiras horas trabalhadas e as excedentes será remunerada com acréscimo de 70% do valor da hora normal.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO INTRAJORNADA**

O trabalhador que exercer atividade vinculada a bar e restaurante, inclusive do setor da hotelaria, poderá ter o intervalo intrajornada de 01(uma) a 04(quatro) horas, de acordo com a necessidade do serviço.

**§ Único:** O horário de intervalo da intrajornada será comunicado por escrito ao empregado com 30 dias de antecedência, sob pena de ser considerado como hora extra.

## **DESCANSO SEMANAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - REPOUSO SEMANAL E FERIADO**

O repouso semanal remunerado e feriado quando trabalhado, desde que não compensado, será pago em dobro, sem prejuízo do salário percebido pelo trabalhador.

## **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO**

É obrigatório a utilização de cartão-ponto mecanizado ou livro-ponto preenchido pelo empregado para a empresa com 04 ou mais empregados, para o efetivo controle do horário de trabalho.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTA A MÃE TRABALHADORA E/OU PAI TRABALHADOR**

No caso de necessidade de consulta médica a filho até 16 anos de idade, ou inválido com qualquer idade, mediante comprovação médica, o empregado terá sua falta abonada e remunerada, desde que apresente a declaração médica à empresa no prazo de 72 horas

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE**

A empresa abonará e remunerará a falta do empregado estudante ou vestibulando para realização de prova em curso oficial, assim como em vestibular, desde que avisada 72 horas antes.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO E BANCO DE HORAS**

O Acordo de Banco de Horas para ter validade terá que ser negociado e assinado pelas duas entidades convenientes, desde que a empresa tenha no mínimo 15 empregados.

## **FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO DE FÉRIAS.**

O início do período de gozo de férias coletivas ou individuais não coincidirá com domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal, bem como os feriados ocorridos durante o período de gozo das mesmas serão usufruídos pelo trabalhador além do período normal das férias.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

O empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho terá direito a indenização das férias proporcionais.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - LICENÇA PARA CASAMENTO**

O empregado terá licença remunerada de 05 dias consecutivos para o casamento.

## **RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL**



O diretor da entidade sindical será liberado para comparecimentos em Assembléia ou reunião sindical durante 15 dias por ano, sucessivos ou intercalados, desde que a empresa seja notificada com antecedência de 72 horas.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTÊNCIAL

Em cumprimento a deliberação pela Assembléia Geral, a empresa descontará de seus empregados, abrangidos pela presente Convenção Coletiva, a importância equivalente a **3%(três por cento)**, sobre o valor do salário-base recebido no mês de **novembro/2016**, **4% (quatro por cento)**, sobre o valor do salário-base recebido no mês de **janeiro/2017** e **3%(três por cento)**, sobre o valor do salário-base recebido no mês de **fevereiro/2017** e nos mesmos meses e percentuais no ano 2017/2018, a título de **CONTRIBUIÇÃO ASSISTÊNCIAL**, recolhendo as respectivas importâncias em favor do **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTE, FAST FOODS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO** até o dia 10 do mês subsequente ao do desconto, em boleto bancário pré-preenchido, fornecido pelo mesmo.

**§ primeiro:** O recolhimento da **CONTRIBUIÇÃO ASSISTÊNCIAL** efetuado fora do prazo mencionado no caput acima, será acrescido da multa de **0,3333%** ao dia, limitado a **20%**(vinte por cento), além de juros de mora de **1%**(um por cento) ao mês.

**§ segundo:** O empregado poderá se opor aos descontos, dirigindo-se pessoalmente a secretaria do SECHOBAR onde assinará o Termo de Oposição ao desconto que será encaminhado à empresa.

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

As empresas integrantes da categoria econômica, abrangida pela presente Convenção Coletiva recolherão em favor do **SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO**, na conta nº. 1351-1 do Banco Caixa Econômica Federal, agência 0921 de Balneário Camboriú-SC, através de guias fornecida pelo mesmo, conforme tabela de contribuição, enquadramento, números de parcelas, valores, vencimentos e demais termos abaixo, a título de Contribuição Negocial Patronal. Tal deliberação foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2013.

#### TABELA DE CONTRIBUIÇÃO E ENQUADRAMENTO

##### A)- HOTÉIS E SIMILARES

UH	VALOR DE CADA COTA
De 01 a 05	R\$ 42,00
06 a 10	R\$ 83,00
11 a 15	R\$ 111,00
16 a 20	R\$ 166,00
21 a 30	R\$ 222,00
31 a 40	R\$ 305,00
41 a 60	R\$ 415,00
61 a 90	R\$ 545,00
Mais de 90	R\$ 623,00

**Obs:** Unidade Habitacional (o critério de enquadramento por unidade habitacional é valido apenas para estabelecimentos de hospedagem).

##### B)- RESTAURANTES, BARES E SIMILARES

Nº DE EMPREGADOS	VALOR DE CADA COTA
Sem empregados	R\$ 35,00
01 a 05	R\$ 60,00
06 a 10	R\$ 100,00
11 a 20	R\$ 166,00
Mais de 20	R\$ 208,00

**C)- VENCIMENTO:** 02 de novembro de 2016, 02 de dezembro de 2016, 02 de janeiro de 2017, 02 de fevereiro de 2017, 02 de março de 2017, 02 de abril de 2017, 02 de maio de 2017 e 02 de junho de 2017.

##### D) - REDUÇÃO

Nos meses de **novembro/2016**, **maio/2017** e **junho de 2017**, os valores de cada cota constantes nas tabelas "A" e "B", terão uma redução na ordem de 50%(cinquenta por cento).

##### E) - FALTA DE PAGAMENTO

O recolhimento da **Contribuição Negocial Patronal** efetuado fora do prazo mencionado no item “C” da cláusula acima, será acrescido da multa de 0,3333% ao dia, limitado a 20%(vinte por cento), além de juros de mora de 1%(um por cento) ao mês, acrescidos de honorários advocatícios de acordo com que faculta a lei.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ENQUADRAMENTO SINDICAL**

Aplica-se a todo o trabalhador que preste seu serviço em qualquer estabelecimento que exerça atividade relacionada à categoria econômica conveniente, todos os benefícios e direitos, assim como as obrigações constantes nesta convenção, estando os empregadores e os trabalhadores igualmente obrigados ao seu cumprimento integral, independentemente da atividade preponderante exercida.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA MENSAL**

A empresa obriga-se a descontar em folha de pagamento a crédito do sindicato profissional, o valor relativo a mensalidade fixada ao associado, mediante carta de autorização do empregado. O repasse das mensalidades deverá ser feito através de guias próprias fornecidas pela entidade sindical profissional e no prazo máximo de 10 dias depois de efetuado o desconto do empregado.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE-SIMPLES**

Os termos da presente Convenção Coletiva abrangem integralmente também os trabalhadores de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte-SIMPLES

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - NORMAS CONVENCIONAIS**

Nenhuma disposição do contrato individual de trabalho que contrarie normas desta Convenção Coletiva poderá prevalecer na execução da mesma e será considerada nula de pleno direito.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - MULTA**

A empresa pagará multa equivalente a 50% ao menor piso salarial da categoria profissional, por empregado, por infração, por mês, pelo não cumprimento de qualquer cláusula desta Convenção Coletiva, sendo seu valor revertido para o empregado quando cobrado individualmente e para a entidade sindical profissional quando cobrado por ação coletiva e/ou individual.

**§ Único:** Somente poderá haver cobrança coletiva da multa estipulada nesta cláusula por parte do Sindicato profissional se for procedida comunicação escrita à empresa infratora no sentido de que regularize a situação, no prazo de 30 dias.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ASSENTO NO LOCAL DE TRABALHO**

Haverá assento para os empregados no local de trabalho que possa ser utilizado durante as pausas verificadas no serviço.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - BASE TERRITORIAL CAMBORIÚ/SC**

Todas as cláusulas e efeitos da convenção coletiva de trabalho, firmada em 01/10/2016 entre as partes ora convenientes incidem integralmente sobre a base territorial do município de Camboriú/SC, uma vez trata-se de base comum às duas entidades, estando, portanto, as empresas e empregados daquele município obrigados ao cumprimento de todos os termos da convenção.

**OLGA APARECIDA FERREIRA  
PRESIDENTE  
SIND DOS EMP NO COM HOTELEIRO E SIM DE BAL CAMBORIU**

**ALESSANDRO FONDINI  
PRESIDENTE  
SINDICATO DE HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE BALNEARIO CAMBORIU E REGIAO**

## **ANEXOS ANEXO I - TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2017**

[Anexo \(PDF\)](#)

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO, RESTAURANTES E BARES DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E SECHOBAR**, sindicato de 1º grau, inscrito no CNPJ 76.697.325/0001-37, com sede na Rua: 600 nº 711, Centro, Balneário Camboriú – SC neste ato representado por sua presidente Sra. **Olga Aparecida Ferreira Gonçalves**, portadora do CPF n.576.388.619-49 e de outro lado **SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SINDISOL**, inscrito no CNPJ sob o n. 83.739.334/0001-09 com sede na Avenida Atlântica, n.1.530, sala 03, em Balneário Camboriú - SC, neste ato representado por seu presidente Sr. **ALESSANDRO FONDINI**, portador do CPF sob nº 398.324.069-10, firmam o Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho em vigor de 01/10/2016 à 30/09/2017, já formada pelas entidades, como abaixo segue:

1. Reconhecendo a grave crise econômica que atinge atualmente o setor de restaurantes e bares da região e, havendo a necessidade das entidades representativas buscar medidas a fim de garantir a manutenção do atual nível dos postos de trabalho e na perspectiva de manter em funcionamento as empresas instaladas em Balneário Camboriú neste momento, decidem suspender a eficácia e vigência do contido na cláusula terceira da convenção coletiva de trabalho, ora em vigor, no que tange a fixação dos pisos salariais, **exclusivamente para o setor de bares e restaurantes.**

a.1 O período de suspensão da eficácia e vigência dos Pisos Salariais fixados na Convenção é improrrogável e único, iniciando-se em 1º de dezembro de 2016 e encerrando-se em 31 de março de 2017.

a.2 Durante o período de suspensão da vigência dos Pisos Salariais fixados na cláusula terceira da Convenção Coletiva em vigor, as empresas poderão contratar empregados pelo Piso Salarial Estadual, nos seus valores fixados para categoria ora representada.

a.3 O empregado contratado nesse período da suspensão da vigência do piso salarial, caso permaneça na empresa após 31 de março de 2017 e a partir desta data, assim como os novos empregados contratados, terá seu salário majorado para o Piso Salarial fixado na Convenção em vigor, nos seus valores e prazos lá estipulados, ou seja: R\$ 1.353,00 a partir de 01/04/2017, pelo período máximo de 120 dias e após será aplicado o valor de R\$ 1.540,00 a partir de 01/08/2017.

b. Acordam as partes que, toda e qualquer contratação de empregado tendo como base o valor inferior ao Piso Salarial fixado na Convenção Coletiva em vigor, o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho será obrigatoriamente homologada no SECHOBAR-BC, independente do período de trabalho e da forma do desligamento da empresa, sob pena da aplicação da multa estipulada na cláusula 28ª da Convenção Coletiva em vigor.

c. Por seu turno, diante da medida e extraordinária acima adotada, as empresas abrangidas se comprometem em envidar esforços no sentido de conter as demissões no setor.

Em sendo assim, tendo ajustado os termos acima, datam e assinam o presente TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2017 para que surta seus efeitos legais.

Balneário Camboriú – SC 01 de dezembro de 2016.

SINDICATO DOS EMP NO COMÉRCIO HOTELEIRO, RESTAURANTES E BARES  
DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SECHOBAR

Olga Aparecida Ferreira  
Diretora Presidente

João José Martins  
OAB/SC 4136

SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES  
DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SINDISOL

Alessandro Fondini  
Diretor Presidente

Álvaro Rocha Kenig  
OAB/SC 6358

## ANEXO II - ATA

### ATA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO PARA CONVENÇÃO [Anexo \(PDF\)](#)

**DATA:** 11 de novembro de 2016.

**Hora:** 15:00 horas

**Local:** Avenida Atlântica nº 1530 - sala 03 - Edifício Concorde

**Bairro:** Centro– Balneário Camboriú SC

**Entidades:** SECHOBAR - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO, RESTAURANTES E BARES DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E SECHOBAR – 76.697.325/0001-37 - Presidente: Olga Aparecida Ferreira – CPF 576.388.619-49

**SINDISOL - SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ** – CNPJ 83.739.334/0001-09 - .Alessandro Fondini– CPF 398.324.069-10

Assessores Jurídicos: Álvaro Rocha Kenig - OAB/SC 6358 – SINDISOL.

João José Martins - OAB/SC 4136 - SECHOBAR

**Secretário:** Jorge da Silva

**Data Base:** 01 de outubro

**Vigência** 01/10/2016 à 30/09/2018 cláusulas sociais e 01/10/2016 à 30/09/2017 cláusulas econômicas.

**Ordem do Dia:** Negociação e celebração da Convenção Coletiva de Trabalho para o exercício 2016/2018.

#### **Discussões:**

Aberta terceira rodada de negociação coletiva, visando estabelecer a Convenção Coletiva de Trabalho para o exercício 2016/2018 entre as entidades acima identificadas. Aberta a palavra todos os comentários foram referente a forte crise econômica que assola a economia o país. A presidente do Sechobar fala então da necessidade de uma recomposição salarial para toda a categoria devido a índice da inflação estar elevado. O presidente do Sindisol fala das dificuldades enfrentadas por seus representados diante da crise economia. Por fim, depois de ampla discussão chegaram a uma composição.

#### **Deliberações:**

As entidades acordaram os seguintes pontos:

1º - Valores para os pisos salariais:

- R\$ 1.353,00 na contratação até 120 dias;

- R\$1.540,00 após 120 dias da contratação.

2º - Reajuste de 8% no mês de outubro/2016 e mais 2% de reajuste no mês de janeiro/2017.

3º - Feitas pequenas alterações e adequações na redação da Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2017, cujas cláusulas serão importadas para a nova convenção. **Encerramento:**

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e assinam a presente ata, os presidentes das entidades acordantes e o secretário da mesma. Balneário Camboriú-SC, 01 de novembro de 2016 - 17:25 horas.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.